ATO N. 646, de 7 de Julho de 1934

Dispõe sobre as assinaturas que devem ser apostas aos projetos de obras, dando outras providencias.

O Prefeito do Municipio de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo paragrafo 4.º, do artigo 11.º, do Decreto Federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930.

Decreta:

Art. 1.º — Todas as vias do projeto e o memorial descritivo, exigidos para a concessão do alvará de construção devem conter as assinaturas do autor do projeto, do responsável pela sua execução e do proprietario da obra.

§ unico — As assinaturas da primeira via do projeto e do memorial devem apresentar-se reconhecidas por tabelião.

Art. 2.º — Só podem assinar projetos e dirigir construções ou edificações engenheiros civis, arquitetos ou engenheiros-arquitetos, diplomados ou licenciados de acordo com o Decreto Federal n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e que registraram na Diretoria de Obras e Viação as competentes carteiras profissionais, expedidas ou visadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, e estiverem quites com os cofres municipais por impostos de industria e Profissões, ou por multas decorrentes de infração da presente lei.

§ unico — Serão tambem assinados por engenheiro civil, engenheiro arquiteto ou arquiteto os projetos de obras a serem dirigidas por engenheiro industrial, engenheiro mecanico-eletricista, ou engenheiro-eletricista, bem como por agronomo ou engenheiro agronomo, nas condições do art. 37 do citado Decreto Federal.

Art. 3.º — Mediante requerimento ao Prefeito e pagamento de 50\$000 de emolumentos, serão registrados

em seu inteiro teôr, em livros apropriados na Diretoria de Obras e Viação, as carteiras profissionais dos que queiram exercer sua profissão no município.

§ unico — Os profissionais registrados anteriormente ao citado Decreto Federal deverão apenas averbar suas cadernetas.

Art. 4.º — Da mesma fórmula, devem ser registradas as firmas, sociedades, associações, companhias e empresas legalmente constituídas que apresentem um responsável técnico nas condições do artigo anterior.

§ unico — A atividade profissional dessas pessoas jurídicas não poderá exceder a do seu responsável técnico e este deverá assinar as vias do projeto e memorial descritivo das obras.

Art. 5.º — Os registros ou averbações referidos nos artigos anteriores valerão enquanto não cancelados e serão imediatamente comunicados às seções incumbidas da aprovação dos projetos e da fiscalização de obras e à Diretoria de Receita.

§ unico — Anualmente será publicada no jornal oficial a lista completa dos profissionais registrados com a indicação de seus títulos.

Art. 6.º — Quando a Diretoria de Obras e Viação julgar conveniente pedirá ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura a aplicação das penalidades estabelecidas no Decreto Federal n. 23.569 aos profissionais que:

a) — não obedecerem nas construções os projetos aprovados, aumentando ou diminuindo as dimensões indicadas nas plantas e côrtes.

b) — hajam incorrido em três multas, na mesma obra;

c) — prosseguirem edificação ou construção embarçada pela Prefeitura;

d) — alterarem as especificações indicadas no memorial, e as dimensões das peças de resistência que tenham sido aprovadas pela Diretoria de Obras;

e) — assinarem projetos como executores de obras e não as dirigirem de fato;

f) — iniciarem qualquer edificação ou construção sem o necessario alvará de licença salvo nos casos dos artigos 61 e 62 do Código de Obras «Arthur Saboya»;

g) — deixarem de pôr de acôrdo com as plantas aprovadas as obras que, iniciadas com a permissão dos artigos 61 e 62 do Código de Obras, estiverem em desacôrdo com ditas plantas.

Art. 7.º — Verificadas faltas devidas á impericia do profissional executor da obra, capazes de causar accidentes que comprometam a segurança publica, promover-se-á immediatamente á sustação, demolição ou reparação das obras; e, multado aquele, o fato será comunicado ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, para agir como convier.

Art. 8.º — Nas construções ou edificações haverá, em lugar apropriado e com caractéres bem visiveis da via publica uma placa com a indicação do nome, titulo e residência ou escritório do profissional ou profissionais responsáveis pelo projéto e pela execução da obra.

§ 1.º — Quando o profissional não fôr diplomado, mas sómente licenciado, de acôrdo com o art. 3.º do Decreto Federal n. 23.569, de 1933, deverá a placa conter mais, de modo bem legivel, a inscrição «LICENCIADO».

Paragrafo 2.º — Essa placa é isenta do imposto de publicidade.

Art. 9.º — Os responsáveis pela execução das obras são obrigados a declarar á Diretoria de Obras e Viação os nomes dos «encanadores» e dos «eletricistas», encarregados das instalações sanitarias e electricas.

Paragrafo unico — Esses «encanadores» e «eletricistas» serão registrados na Prefeitura, de acôrdo com o presente Ato.

Art. 10 — Os profissionais responsáveis pelas obras ficam sujeitos ás multas de 30\$000 a 200\$000, e até 400\$000 na reincidencia, pelas infrações do presente Ato e mais disposições do Codigo de Obras «Arthur Saboya».

Art. 11 — Os construtores registrados de acôrdo com o art. 81, alinea «c», da lei 3.427, de 1929, só poderão

projetar e incumbir-se de construções funerárias de que trata o Ato 326, de 21 de março de 1932 — Capitulo V.

Paragrafo unico — Essa competencia, que poderá ser suspensa ou definitivamente cassada, nos casos do artigo 8.º deste Ato, para ser exercitada depende do pagamento das taxas estabelecidas na lei 2.768, de 29 de outubro de 1924.

Art. 12 — Só podem registrar-se como «encanadores» aqueles que apresentarem licença passada pela Repartição de Aguas e Esgotos da Capital.

Art. 13 — Só podem registrar-se como «eletricistas» aqueles que, a juizo da Diretoria de Obras e Viação, provarem sua competencia na execução de serviços, por tempo não inferior a 2 anos.

Art. 14 — Como encanadores e eletricistas, podem registrar-se firmas, sociedades, associações, companhias ou empresas, legalmente constituídas, desde que os responsáveis por seus serviços satisfaçam as condições estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 15 — O registro dos «encanadores» e dos «eletricistas» será feito mediante requerimento ao Prefeito e pagamento de 50\$000 de emolumentos. Valerá enquanto não cancelado e será comunicado imediatamente á secção fiscalizadora de obras e á Diretoria da Receita.

Paragrafo unico — A lista dos encanadores e eletricistas registrados será anualmente publicada no jornal oficial.

Art. 16 — O registro a que se refere o artigo anterior será feito em livro apropriado da Diretoria de Obras e Viação e deve conter o seguinte:

- a) — nome e assinatura individual ou da pessoa jurídica;
- b) — indicação de seu escritorio e da sua residencia;
- c) — anotação do pagamento dos impostos de industrias e profissões;
- d) — anotações de ocorrencias relativas ás obras ou projétos, multas e suspensões.

Art. 17 — Os encanadores e eletricistas ficam su-

jeitos ás multas de 30\$000 a 50\$000, e á suspensão por um a tres menses, a juizo da Diretoria de Obras e Viação, por infração ás leis municipais sobre as construções particulares.

Art. 18 — Enquanto não houver decorrido o prazo do art. 51 do Decreto Federal n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, é licito, observadas as disposições cuja vigencia seja imediata, o exercicio da profissão aos profissionais já registrados, a que alude o art. 3.º deste Ato, bem como aos que, nas condições requeridas pelo supra citado decreto, venham a requerer e obter o registro condicional de seus titulos de habilitação.

Art. 19 — Este Ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 20 — Revogam-se os artigos 79 e 95 do Codigo de Obras «Arthur Saboya», e demais disposições em contrario.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 7 de julho de 1934, 381.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,
Antonio Carlos de Assumpção.

O Diretor do Expediente,
Alvaro Martins Ferreira.